

Demonstrações Contábeis
Recíproca Assistência
Em 31 de dezembro de 2023



CARTA PATENTE - SUSEP
Nº 006

RECÍPROCA ASSISTÊNCIA

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

=== Fundada em 25/01/45 – CNPJ 34.115.683/0001-44 ===
Rua da Quitanda, 30, 13º andar, Centro, CEP 20011-030, Rio de Janeiro, RJ
Tels.: (21) 2509-3573 e 0800-282-4221, E-mail: ra@reciproca.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da **Recíproca Assistência**, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas do Parecer do Auditor Atuarial Independente, do RAI - Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal. Em atendimento ao artigo nº 117 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, apresentamos as seguintes informações:

- **Política de reinvestimento de superávit e política de distribuição de dividendos:**

Nossa política de reinvestimento de superávits é de incrementar os ativos garantidores das provisões técnicas da entidade, que montam em R\$ 8.227.449 (R\$ 8.186.825 em 31.12.2022), apresentando um incremento na ordem de R\$ 40.624 em relação ao exercício anterior. A Recíproca Assistência é uma entidade aberta de previdência complementar, sem fins lucrativos, e por este motivo não é aplicável a existência de política de distribuição de dividendos.

- **Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência no desempenho da supervisionada e/ou no resultado do exercício**

Em relação aos negócios sociais, se constituíram principalmente nas operações de: (I) planos de previdência complementar voltados para atender todas as classes sociais; e (II) assistência financeira. No exercício de 2023 foi apurado um superávit no montante de R\$ 5.939.684 (R\$ 4.939.847 em 2022), o qual deve-se principalmente a variação entre os indexadores das: (I) nossas aplicações financeiras através do CDI de 13,10% (12,38% em 2022); e (II) das nossas provisões técnicas através do IGPM -3,18 (IGPM de 5,45% em 2022), gerando um resultado financeiro de R\$ 5.169.028 (R\$ 3.857.787 em 2022).

- **Reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário**

Em 11 de fevereiro de 2022, através da Portaria CGRAJ/SUSEP nº 630/2022 foi homologada reforma e consolidação do Estatuto Social, já contemplando a adequação a Resolução CNSP nº 416/2021, deliberada através da AGE, de 27.08.2021, re-ratificada através da AGE, de 10.12.2021.

- **Declaração sobre a capacidade financeira**

Na posição de 31.12.2023: (I) o Patrimônio líquido ajustado (PLA) no montante de R\$ 50.224.662 (R\$ 43.318.459 em 2022) apresenta suficiência em relação ao Capital mínimo requerido (CMR) de 506,97% (446,96% em 2022); e (II) os ativos vinculados totalizam R\$ 50.848.307 (R\$ 43.837.490 em 2022) sendo superiores ao montante das Provisões técnicas constituídas de R\$ 8.227.449 (R\$ 8.186.825 em 2022).

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2024.

Recíproca Assistência
Jorge Santana Queiroz
Diretor Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores da
Recíproca Assistência
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Recíproca Assistência (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo, o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Recíproca Assistência em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: **(i)** possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Entidade e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; **(ii)** entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; **(iii)** reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e **(iv)** tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: **(a)** a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; **(b)** a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e **(c)** a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

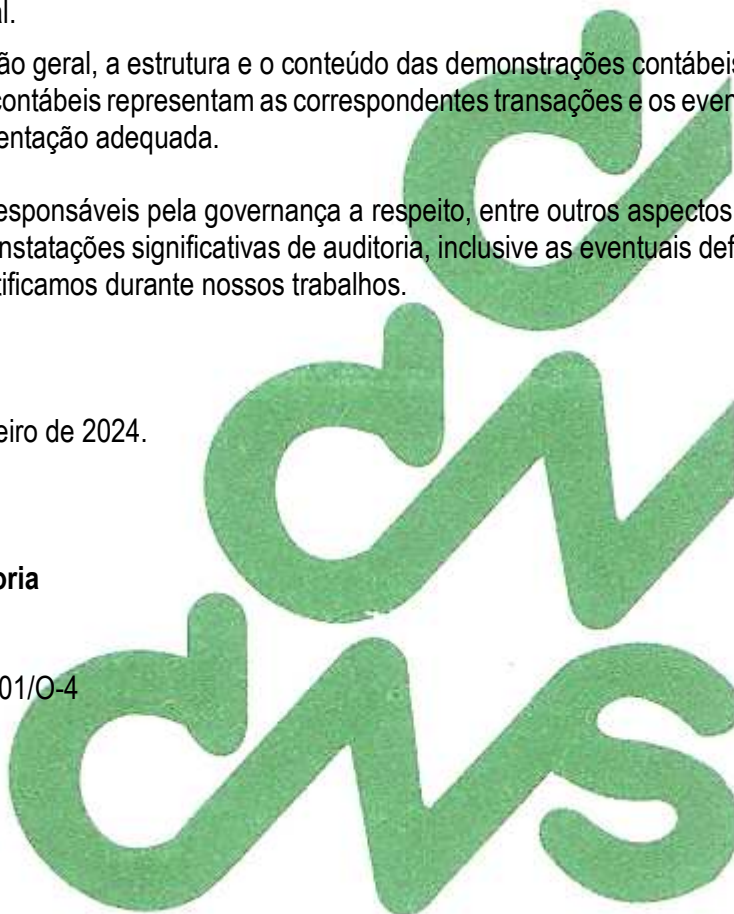
Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024.

***dns* - Auditoria e Consultoria**

CRC/RJ n° 1.824

Delson Nei Santana

Contador CRC/RJ n° 050.301/O-4



Reciproca Assistencial**Balço patrimonial em**

(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota Explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Circulante		51.020.263	44.472.791
Disponibilidades		325.107	684.843
Caixa e bancos		325.107	684.843
Aplicações	5	45.279.894	38.888.962
Créditos das operações de previdência	6	3.113.105	2.769.405
Títulos e créditos a receber		2.295.734	2.117.557
Assistência financeira a participantes	4e	2.228.893	2.011.446
Títulos e créditos a receber	7	13.357	16.703
Depósitos judiciais e fiscais	8	7.382	39.437
Outros créditos	9	46.102	49.971
Despesas antecipadas		6.423	12.024
Não circulante		16.920.184	16.535.038
Realizável a longo prazo		8.314.799	7.820.747
Aplicações	5	6.614.900	5.886.000
Títulos e créditos a receber		1.699.899	1.934.747
Assistência financeira a participantes	4e	1.699.899	1.934.747
Investimentos	10	7.928.017	8.053.975
Imóveis destinados à renda		7.928.017	8.053.975
Imobilizado	11	677.368	660.316
Imóveis de uso próprio		465.757	489.430
Bens móveis e outros		211.611	170.886
Total do Ativo		67.940.447	61.007.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Reciproca Assistencial**Balço patrimonial em**

(Valores expressos em reais)

PASSIVO	Nota Explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Circulante		<u>4.362.968</u>	<u>3.966.355</u>
Contas a pagar		<u>317.508</u>	<u>357.748</u>
Obrigações a pagar - fornecedores	12	36.558	55.347
Impostos e encargos sociais a recolher	13	123.452	113.179
Encargos trabalhistas	14	139.924	163.645
Impostos e contribuições	15	17.574	15.025
Outras contas a pagar	16	-	10.552
Débitos de operações com previdência complementar	17	<u>654.224</u>	<u>565.847</u>
Contribuições a restituir		520.524	490.284
Outros débitos operacionais		133.700	75.563
Dépositos de terceiros	18	<u>50.146</u>	<u>-</u>
Provisões técnicas	19	<u>3.341.090</u>	<u>3.042.760</u>
Planos bloqueados		899.873	819.169
Planos não bloqueados		2.441.217	2.223.591
Não circulante		<u>7.125.592</u>	<u>7.258.171</u>
Contas a pagar		<u>-</u>	<u>1.100</u>
Outras contas a pagar		-	1.100
Provisões técnicas	19	<u>4.886.359</u>	<u>5.144.065</u>
Planos bloqueados		46.502	43.473
Planos não bloqueados		4.839.857	5.100.592
Outros débitos		<u>2.239.233</u>	<u>2.113.006</u>
Provisões judiciais	20	2.239.233	2.113.006
Patrimônio líquido		<u>56.451.887</u>	<u>49.783.303</u>
Reserva patrimoniais		1.724.645	1.724.645
Reserva de reavaliação de imóveis	22	1.226.146	1.482.140
Reserva de retenção de superávit	23	1.607.498	1.591.816
Ajustes com títulos e valores mobiliários	4c	6.053.951	5.325.051
Superávit acumulado		45.839.647	39.659.651
Total do Passivo		<u><u>67.940.447</u></u>	<u><u>61.007.829</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Reciproca Assistencial
Demonstração do resultado do exercício em
 (Valores expressos em reais)

	Nota Explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Rendas de contribuições retidas - planos de renda		2.153	3.012
Variação da provisão de benefícios a conceder		34.041	15.089
Receitas de contribuições e prêmios		36.194	18.101
Variação de outras provisões técnicas		(74.187)	36.721
Benefícios retidos		(3.742.457)	(3.976.125)
Contribuições para cobertura de riscos		13.570.422	13.217.796
Variação das provisões técnicas de prêmios		(429.083)	(803.232)
Pêmios ganhos		13.141.339	12.414.564
Sinistros ocorridos		(343.573)	(278.126)
Custos de aquisição	26	(517.105)	(529.359)
Outras receitas e despesas operacionais	26	111.693	28.871
Despesas administrativas	26	(7.629.814)	(6.843.329)
Despesas com tributos	26	(434.129)	(404.495)
Resultado financeiro	26	5.169.028	3.857.787
Resultado patrimonial	26	221.695	615.237
Resultado operacional		5.938.684	4.939.847
Ganhos (perdas) com ativos não correntes		1.000	-
Superávit do exercício		5.939.684	4.939.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Reciproca Assistencial
Demonstração do resultado abrangente em
 (Valores expressos em reais)

	Nota Explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Superávit líquido do exercício		5.939.684	4.939.847
Outros componentes do resultado abrangente:			
Realização da reserva de reavaliação	21	255.994	469.111
Ajuste com títulos e valores mobiliários	4c	728.900	(559.686)
Outros componentes do resultado abrangente		984.894	(90.575)
Total do resultado abrangente do exercício		6.924.578	4.849.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Reciproca Assistencial**Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em reais)

Descrição	Reserva patrimonial	Reserva de reavaliação de imóveis	Reserva de retenção de superávits	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Superávits (Déficits) acumulados	Total
Patrimônio líquido em 31.12.2021	1.724.645	1.951.251	1.530.943	5.884.737	34.311.566	45.403.142
Realização da reserva de reavaliação	-	(469.111)	-	-	469.111	-
Valorização de títulos mobiliários	-	-	-	(559.686)	-	(559.686)
Superávit do exercício	-	-	-	-	4.939.847	4.939.847
Constituição da reserva (nota 23)	-	-	60.873	-	(60.873)	-
Patrimônio líquido em 31.12.2022	1.724.645	1.482.140	1.591.816	5.325.051	39.659.651	49.783.303
Mutações	-	(469.111)	60.873	(559.686)	5.348.085	4.380.161
Patrimônio líquido em 31.12.2022	1.724.645	1.482.140	1.591.816	5.325.051	39.659.651	49.783.303
Realização da reserva de reavaliação	-	(255.994)	-	-	255.994	-
Valorização de títulos mobiliários	-	-	-	728.900	-	728.900
Superávit do exercício	-	-	-	-	5.939.684	5.939.684
Constituição da reserva (nota 23)	-	-	15.682	-	(15.682)	-
Patrimônio líquido em 31.12.2023	1.724.645	1.226.146	1.607.498	6.053.951	45.839.647	56.451.887
Mutações	-	(255.994)	15.682	728.900	6.179.996	6.668.584

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Reciproca Assistencial**Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto em**

(Valores expressos em reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Superávit do exercício	5.939.684	4.939.847
Depreciação de imóveis para renda	465.382	460.821
Depreciações e amortizações de bens do imobilizado	81.725	71.993
Ajustes de títulos e valores mobiliários	728.900	(559.686)
Resultado ajustado	7.215.691	4.912.975
Atividades operacionais		
Redução (aumento) nos ativos:		
Aplicações	(7.119.832)	(2.844.844)
Créditos das operações de previdência	(343.700)	(1.179.553)
Títulos e créditos a receber	56.672	(543.265)
Despesas antecipadas	5.600	(12.024)
Aumento (redução) nos passivos:		
Contas a pagar	(41.339)	(786.392)
Débitos de operações com previdência	88.377	104.045
Depósitos de terceiros	50.146	-
Provisões técnicas	40.624	307.994
Provisão para contingências	126.227	122.754
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	78.466	81.690
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de imobilizado	(97.855)	(7.278)
Pagamento de benfeitorias em imóveis de renda	(340.347)	(140.829)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(438.202)	(148.107)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(359.736)	(66.417)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	684.843	751.260
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	325.107	684.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Recíproca Assistência

Notas explicativas as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

(Em reais)

01 - Contexto operacional

A **Recíproca Assistência** é uma Entidade Aberta de Previdência Complementar sem fins lucrativos, com sede a Rua da Quitanda, 30 - 13º andar – Centro – CEP 20.011-030 - Rio de Janeiro – RJ, sua gestão é exercida por diretores eleitos dentre os associados controladores, oriundo do quadro de participantes, tendo por objetivo operacional a instituição, operação e manutenção de planos previdenciários nas modalidades de pecúlio e renda, em todo o território nacional, conforme autorização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, operando basicamente com planos de: Pecúlio/RS, Pecúlio/CAP, Pensão/RCC e Rendas/CAP (Certa, Temporária e Vitalícia), e administra ainda um plano de Pecúlio/RS Bloqueado.

02 - Critérios de gerenciamento de riscos

A gestão de riscos é adotada pela Entidade segundo normas aprovadas pela diretoria executiva, substanciadas nos manuais de controles internos elaborados para cada finalidade, no constante desafio de manter a solidez dos planos de benefícios, dos fluxos de caixa, gestão de pessoas e sistemas informatizados. Os principais riscos são classificados a seguir:

- **Risco de liquidez** - A fim de honrar os compromissos financeiros (despesas gerais e pagamento de benefícios), a Entidade procura aplicar seus recursos em títulos de liquidez imediata, evitando perda financeira no caso de eventual antecipação de resgates.
- **Risco de mercado** - Visando minimizar os riscos de suas aplicações financeiras, a Entidade aplica seus recursos em ativos de renda fixa, adquirindo títulos emitidos por instituições de reconhecida solidez no mercado. Mantém, ainda, aplicações em títulos públicos, que estão entre os investimentos considerados de menor risco, sendo a capacidade financeira da Entidade caracterizada pela disponibilidade de provisões técnicas e exigíveis em prazo igual ou superior às datas de vencimento dos títulos que integram sua carteira.
- **Risco de crédito** - A Entidade adota os seguintes critérios: os ativos devem ser adquiridos apenas de instituições classificadas como baixo ou médio risco de crédito, no curto e longo prazo, conforme avaliação mínima efetuada por agência de classificação de risco, observando limitações para ativos aplicados nessas instituições. Os limites de inadimplência da carteira de empréstimos de assistência financeira a participantes são permanentemente monitorados.
- **Risco de subscrição** - Possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de contribuições e provisões técnicas.
- **Risco operacional** - Com o intuito de evitar falhas nos processos administrativos, operacionais e tecnológicos, a Entidade mantém constantemente atualizados os manuais de controles internos, submetendo-os sempre à auditoria interna para revisão. Os ajustes que se fizerem necessários são prontamente efetuados, para o bom andamento das rotinas.

03 - Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da sua administração e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, regulamentadas por instruções da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP e estão sendo apresentadas comparativamente com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

04 - Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade são as seguintes:

a) Critério para o reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas segundo o regime de competência

b) Avaliação de ativos e passivos

Os ativos e passivos circulantes estão demonstrados aos valores de realização e ou de exigibilidade, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos correspondentes. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do exercício subsequente estão classificados como ativos e passivos circulantes.

c) Aplicações

Classificadas na categoria “Títulos disponíveis para venda”, representadas por: **(I)** Títulos de renda fixa - Ativo circulante, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício; e **(II)** As ações, apresentadas sob a rubrica Títulos de renda variável no Realizável a longo prazo - Ativo não circulante, estão avaliadas ao valor de mercado, sendo as variações reconhecidas na rubrica Ajustes com títulos e valores mobiliários no Patrimônio líquido.

d) Créditos das operações de previdência

A contribuições são reconhecidas pela emissão e/ou vigência dos riscos, o que ocorrer primeiro.

e) Títulos e Créditos a receber

Reconhecidos pelo respectivo valor principal, exceto a Assistência financeira a participantes que se encontra acrescida dos juros pré-fixados de competência de períodos futuros, demonstrados como redução dos ativos correspondentes, na rubrica “Receitas a apropriar”.

f) Investimentos e imobilizado

Demonstrados ao custo de aquisição, exceto quanto aos imóveis, que são demonstrados ao valor de reavaliação efetuada em dezembro de 2005, e, no caso de imóvel rural ao valor daquela reavaliação acrescido dos montantes das benfeitorias realizadas e dos adiantamentos para realização de benfeitorias. Os investimentos referem-se aos imóveis destinados à renda. A depreciação é calculada e reconhecida mensalmente, através do método linear com base nas taxas anuais, a saber: Edificações 4%, Móveis, máquinas e utensílios 10%, Veículos e Equipamentos de processamento de dados 20%, tomando como base a vida útil-econômica dos bens.

g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023, nossa revisão revelou que os principais ativos da Entidade estão avaliados a valor justo, não havendo, portanto, necessidade de constituição de provisão para deterioração.

h) Encargos trabalhistas

Constituída pela provisão para férias, mensurada e reconhecida mensalmente com base nos vencimentos vigentes à época, demonstrando as obrigações decorrentes dos direitos adquiridos pelos colaboradores, acrescido dos respectivos encargos sociais.

i) Provisões técnicas

As provisões técnicas são apuradas mediante a aplicação de fórmulas matemáticas, calculadas por atuário independente e consubstanciadas em notas técnicas aprovadas pela SUSEP, sobre os planos em vigor. As tábuas biométricas utilizadas são a “CSO - 58” para os planos de pecúlio e a “AT - 49” para os planos de renda. O detalhamento do cálculo das provisões técnicas está demonstrado no relatório da auditoria atuarial.

j) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais que é a moeda funcional da Entidade, e também a sua moeda de apresentação.

k) Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade requer o uso de certas estimativas contábeis, e, também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas nas notas explicativas, a seguir:

- Nota 4 "h" - Encargos trabalhista;
- Nota 19 - Provisões técnicas - Previdência complementar; e
- Nota 20 - Outros débitos.

05 – Aplicações

2023					
Composição	Vencimento	Taxa de juros	Valor justo / mercado	Valor justo / mercado	% Aplicado
Ativo circulante			16.074.783	45.279.894	87,25%
Títulos de renda fixa:			16.074.783	18.051.834	34,79%
Títulos de renda fixa - públicos:			11.604.783	12.817.538	24,70%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/09/2026		11.604.783	12.853.938	24,77%
Redução ao valor recuperável			0	(36.400)	-0,07%
Títulos de renda fixa - privados:			4.470.000	5.234.296	10,09%
CDB	16/05/2024	91% CDI	990.000	1.196.449	2,31%
CDB	23/08/2024	100% CDI	2.280.000	2.723.913	5,25%
CDB	17/04/2025	100% CDI	1.200.000	1.313.934	2,53%
Quotas de fundos de investimentos			0	27.228.060	52,47%
Fundos de investimentos - não exclusivos			0	27.228.060	52,47%
Ativo não circulante			759.520	6.614.900	12,75%
Títulos disponível para venda			759.520	6.614.900	12,75%
Títulos de renda variável			759.520	6.614.900	12,75%
Ações de empresas de capital aberto			759.520	6.614.900	12,75%
Total das aplicações				51.894.794	100,00%

2022					
Composição	Vencimento	Taxa de juros	Valor justo / mercado	Valor justo / mercado	% Aplicado
Ativo circulante			12.554.698	38.888.962	86,85%
Títulos de renda fixa:			12.554.698	15.789.483	25,23%
Títulos de renda fixa - públicos:			8.404.698	11.295.721	25,23%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/03/2023		8.404.698	11.297.427	25,23%
Redução ao valor recuperável			0	(1.706)	0,00%
Títulos de renda fixa - privados:			4.150.000	4.493.762	10,03%
CDB	13/05/2022	91% CDI	880.000	1.035.716	2,31%
CDB	21/07/2022	100% CDI	990.000	1.066.175	2,38%
CDB	17/04/2023	100% CDI	2.280.000	2.391.871	5,34%
Quotas de fundos de investimentos			0	23.099.479	51,59%
Fundos de investimentos - não exclusivos			0	23.099.479	51,59%
Ativo não circulante			630.381	5.886.000	13,15%
Títulos disponível para venda			630.381	5.886.000	13,15%
Títulos de renda variável			630.381	5.886.000	13,15%
Ações de empresas de capital aberto			630.381	5.886.000	13,15%
Total das aplicações				44.774.962	100,00%

06 - Créditos das operações de previdência complementar

a) Representado pelas rubricas e valores, a saber

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Consignações a receber (vincendos em 30 dias)	3.197.289	2.965.282
Redução ao valor recuperável	(84.184)	(195.877)
Totais	3.113.105	2.769.405

07 - Títulos e créditos a receber

Representado pelos valores, a saber:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Aluguéis a receber	13.357	16.703
Totais	13.357	16.703

08 - Depósitos judiciais e fiscais

Representado pelos valores, a saber:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos judiciais – benefícios	7.382	39.437
Totais	7.382	39.437

09 - Outros créditos

Representado pelos valores, a saber:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamentos administrativos	46.102	49.971
Totais	46.102	49.971

10 - Investimentos**a) Composição de Imóveis destinados a renda, a saber**

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Imóveis destinados à renda	7.928.017	8.053.974
Custo e reavaliação	12.965.125	12.624.777
Imóveis urbanos	3.130.124	3.130.124
Custo de aquisição	2.811.433	2.811.433
Reavaliação	318.692	318.691
Imóveis rurais	9.835.000	9.494.653
Custo de aquisição	2.309.382	2.309.382
Reavaliação	953.618	953.618
Benfeitorias realizadas	5.795.460	5.746.359
Adiantamentos para realização de benfeitorias	776.540	485.294
Depreciação acumulada	(5.037.108)	(4.570.803)
Imóveis urbanos	(1.523.006)	(1.413.384)
Imóveis rurais	(3.514.102)	(3.157.419)

b) Movimentação das contas de imóveis destinados a renda

Descrição	31.12.2022	Adições	Baixas	31.12.2023
Custo e reavaliação	12.624.777	348.256	(7.909)	12.965.124
Imóveis urbanos	3.130.124	-	-	3.130.124
Custo de aquisição	2.811.433	-	-	2.811.433
Valor reavaliação	318.691	-	-	318.691
Imóveis rurais	9.494.653	348.256	(7.909)	9.835.000
Custo de aquisição	2.309.382	-	-	2.309.382
Valor reavaliação	953.618	-	-	953.618
Benfeitorias realizadas	5.746.359	49.101	-	5.795.460
Adiantamentos para realização de benfeitorias	485.294	299.155	(7.909)	776.540
Depreciação acumulada	(4.570.802)	(466.305)	-	(5.037.107)
Imóveis urbanos	(1.413.384)	(109.621)	-	(1.523.005)
Imóveis rurais	(3.157.418)	(356.684)	-	(3.514.102)
Valor líquido de depreciação	8.053.975	(118.049)	(7.909)	7.928.017
Imóveis urbanos	1.716.740	(109.621)	-	1.607.119
Imóveis rurais	6.337.235	(8.428)	(7.909)	6.320.898

11 - Imobilizado**a) Composição das contas do imobilizado**

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Imobilizado	677.368	660.316
Imóveis de uso próprio	465.757	489.430
Imóveis de uso próprio	899.450	899.450
Depreciação acumulada	(433.693)	(410.020)
Bens móveis e outros	211.611	170.886
Bens móveis	937.146	937.631
Outras imobilizações	468.304	389.646
Depreciação acumulada	(1.181.333)	(1.155.908)
Softwares	106.489	106.489
Amortização acumulada	(118.995)	(106.972)

b) Movimentação das contas do imobilizado

Descrição	31.12.2022	Adições	Baixas	31.12.2023
Custo e reavaliação	2.333.216	97.856	(19.683)	2.411.389
<i>Imóveis de uso próprio</i>	899.450	-	-	899.450
<i>Bens móveis</i>	937.631	19.198	(19.683)	937.146
<i>Softwares</i>	106.489	-	-	106.489
<i>Outras imobilizações</i>	389.646	78.658	-	468.304
Depreciação e amortização acumulada	(1.672.900)	(80.804)	19.683	(1.734.021)
<i>Imóveis de uso próprio</i>	(410.020)	(23.673)	-	(433.693)
<i>Bens móveis e outras imobilizações</i>	(1.155.908)	(45.108)	19.683	(1.181.333)
<i>Softwares</i>	(106.972)	(12.023)	-	(118.995)
Valor líquido de depreciação	660.316	17.052	-	677.368
<i>Imóveis de uso próprio</i>	489.430	(23.673)	-	465.757
<i>Bens móveis e outras imobilizações</i>	171.369	52.748	-	224.117
<i>Softwares</i>	(483)	(12.023)	-	(12.506)

12 - Obrigações a pagar

Constituído pelas rubricas, a saber:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Obrigações a pagar - Circulante	36.558	55.347
Fornecedores	36.558	55.347

13 - Impostos e encargos sociais a recolher

Constituído pelas rubricas, a saber:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
- Imposto de renda retido na fonte	36.549	32.808
- Imposto sobre operações financeiras	-	3.055
- Contribuições previdenciárias	71.229	67.295
- Contribuições para o FGTS	14.199	8.739
- Pis/Cofins/Csll de terceiros	1.475	1.282
Totais	123.452	113.179

14 - Encargos trabalhistas

Constituído pelas rubricas, a saber:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
- Férias a pagar	139.924	163.645
Totais	139.924	163.645

15 - Impostos e contribuições

Constituído pelas rubricas, a saber:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
- Cofins	15.117	12.925
- Pis	2.457	2.100
Totais	17.574	15.025

16 - Outras contas a pagar

Constituído pelas rubricas, a saber:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Indenizações trabalhistas	-	10.552
Totais	-	10.552

17 - Débitos de operações com previdência complementar

Saldo representado pelas rubricas “Contribuições a restituir” e “Outros débitos operacionais”, nestas reconhecido valores recebidos a título de taxa filantrópica e seguro prestamista, valores esses, a serem ressarcidos aos respectivos associados.

18 - Depósitos de terceiros

Saldo constituído por Outros Depósitos, a saber:

Faixas de Recebimentos	31.12.2023	31.12.2022
- De 01 a 30 dias	50.146	-
Totais	50.146	-

19 - Provisões técnicas

a) Composição das provisões técnicas

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Passivo circulante	3.341.090	3.042.760
Planos bloqueados	899.873	819.169
Provisão de sinistros a liquidar – administrativos	198.270	244.584
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	701.603	574.585
Planos não bloqueados	2.441.217	2.223.591
Provisão de sinistros a liquidar – administrativos	509.504	634.364
Provisão de sinistros a liquidar – judicial	139.728	185.592
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	1.062.184	845.629
Provisão de resgates e outros valores a regularizar – administrativas	576.984	485.249
Provisão de resgates e outros valores a regularizar – judicial	152.817	72.757
Passivo não circulante	4.886.359	5.144.065
Planos bloqueados	46.502	43.473
Provisão de despesas relacionadas	46.502	43.473
Planos não bloqueados	4.839.857	5.100.592
Provisão complementar de cobertura – PMBC	189.530	138.482
Provisão matemática de benefícios a conceder	3.503.233	3.755.960
Provisão matemática de benefícios concedidos	973.444	1.052.609
Provisão de despesas relacionadas	173.650	153.541
Total	8.227.449	8.186.825

b) Movimentação das provisões técnicas

	PSL	PCC - PMBC	PMBAC	PMBC	IBNR	PVR	PDR	TOTAL
Saldo em 31.12.2021	1.038.480	188.190	3.745.038	1.048.456	1.142.088	532.552	184.027	7.878.831
Constituições (reversões)	10.840	(49.708)	(308.360)	60.675	278.126	464.223	12.987	468.783
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	-	-	-	-	-	-
Aviso de sinistro - administrativo	4.514.325	-	-	-	-	-	-	4.514.325
Aviso de sinistro - judicial (nota 17.3)	71.725	-	-	-	-	-	-	71.725
Pagamento de benefícios	(4.622.432)	-	-	(147.839)	-	-	-	(4.770.271)
Atualização monetária	51.602	-	319.282	91.317	-	44.908	-	507.109
Resgates	-	-	-	-	-	(483.677)	-	(483.677)
Saldo em 31.12.2022	1.064.540	138.482	3.755.960	1.052.609	1.420.214	558.006	197.014	8.186.825
Constituições (reversões)	332.973	51.048	(344.246)	20.141	343.573	458.329	23.138	884.956
Aviso de sinistro - administrativo	3.577.706	-	-	-	-	-	-	3.577.706
Aviso de sinistro - judicial (nota 17.3)	49.578	-	-	-	-	-	-	49.578
Pagamento de benefícios	(4.192.095)	-	-	(123.409)	-	-	-	(4.315.504)
Atualização monetária	14.799	-	91.519	24.103	-	16.385	-	146.806
Resgates	-	-	-	-	-	(302.918)	-	(302.918)
Saldo em 31.12.2023	847.501	189.530	3.503.233	973.444	1.763.787	729.802	220.152	8.227.449

PSL – Provisão de sinistros a liquidar; PCC-PMBC – Provisão complementar de cobertura – Provisão matemática de benefícios concedidos; PMBA – Provisão matemática de benefícios a conceder; PMBC – Provisão matemática de benefícios concedidos; IBNR – Provisão de sinistros ocorridos e não avisados; PVR – Provisão para resgates e outros valores a regularizar; e PDR – Provisão para despesas relacionadas.

c) Ativos vinculados em garantia de provisões técnicas

As Provisões técnicas constituídas em 31 de dezembro de 2023, totalizam R\$ 8.227.449 (R\$ 8.186.825 em 31.12.2022) e encontram-se vinculadas à SUSEP, os seguintes bens e valores, a saber:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Certificados de depósito bancário	5.234.296	4.493.762
Títulos da dívida pública	12.817.538	11.295.721
Fundos de investimentos financeiros	26.827.063	22.744.605
Ações de Entidades abertas (valor de mercado)	5.969.410	5.303.402
Totais	50.848.307	43.837.490

d) Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade prevista na Circular SUSEP nº 648/2021, determina que se faça um recálculo das operações considerando outros cenários com alterações das seguintes variáveis: 1) índice de conversibilidade; 2) taxas de juros; 3) mortalidade (frequência e severidade); 4) inflação; e 5) excedente financeiro. Como pode ser verificado, inclusive no teste de adequação do passivo, a Entidade tem como principal risco a mortalidade dos seus associados, pois os planos comercializados são de pecúlio por morte. Sendo assim, dentre as variáveis acima elencadas, devido à natureza das operações da Entidade, nenhuma alteração destas, visando buscar cenários menos favoráveis, impactam nos resultados finais da Entidade e no seu patrimônio líquido de modo a ameaçar a sua solvência; e

e) Teste de adequação do passivo (TAP)

Foram avaliadas por atuário independente, na data-base de 31 de dezembro de 2023, as obrigações decorrentes dos contratos de previdência complementar aberta, em cumprimento ao disposto na Circular SUSEP nº 648/2021. O teste de adequação de passivos foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseados em dados e informações atualizados. Para as estimativas de mortalidade adotou-se as tábuas BR-EMS de morte (2021), masculina e feminina. A taxa de juros livre de risco utilizada foi a adotada com base nos parâmetros da curva de referência Cupom IGP-M para o mês de dezembro de 2023 obtidos no site da SUSEP. Para as despesas administrativas foi adotada a taxa obtida aplicando-se o percentual de 33,44% sobre as contribuições, considerando-se a média dos últimos 12 meses. Com relação à rotatividade masculina e feminina foi apurada por plano com base nas estatísticas dos últimos 5 anos. Em decorrência de tais testes foi constituída a PCC-PMBC (tabela abaixo), na modalidade de rendas já concedidas, no valor de R\$ 189.530 (R\$ 138.482 em 31.12.2022).

Regime Financeiro	Tipo de Plano	Cobertura	Base Técnica	Tipo de Renda	Excedente Financeiro na Concessão	Produtos de Benefícios Definido		
						(A)	(B)	(C)
						PMBC Constituída	Valor Presente do Fluxo de Caixa Relacionado a PMBC	PCC-PMBC
Capitalização	Renda	Sobrevivência	AT49 M+IGP-M/FGV+6%	Vitalícia		594.144	780.661	186.517
Capitalização	Renda	Sobrevivência	AT49 M+IGP-M/FGV+6%	Temporária		148.981	164.835	15.854
Capitalização	Renda	Sobrevivência	AT49 M+IGP-M/FGV+6%	Certa		230.319	217.478	(12.841)
Totais						(D) PMBC Constituída = 973.444	(E) Valor Presente do Fluxo de Caixa = 1.162.974	(F) PCC - PMBC = 189.530

20 - Outros débitos

a) Composição

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Provisão para riscos fiscais	2.239.233	2.109.145
Provisão para riscos cíveis	-	3.861
Totais	2.239.233	2.113.006

b) Provisão para riscos fiscais

A Entidade objetivando fazer face a possíveis pretensos créditos tributários inerentes a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, conservadoramente constituiu em dezembro/2014 Provisão para riscos fiscais, à época no montante de R\$ 1.150.000,00, o qual a partir de então vem sendo atualizado mensalmente através da variação do IGP-M.

c) Provisão para riscos cíveis

Em 31 de dezembro de 2023, os processos cíveis em andamento totalizavam R\$ 0,00 (R\$ 3.861 em 31.12.2022), segundo os advogados da Entidade a expectativa de perda é classificada como "possível".

d) Passivo judicial atuarial:

A Entidade reconheceu no Passivo circulante, na rubrica: **(I)** Provisão de sinistros a liquidar, os sinistros a liquidar - judiciais, o montante de R\$ 139.728 (R\$ 185.592 em 31.12.2022), decorrente da demanda de 04 (quatro) processos, 11 (onze) processos em 31.12.2022, conforme informações do assessor jurídico externo, classificadas com probabilidade de "perda possível"; e **(II)** Provisão de resgates e outros valores a regularizar - judicial, os resgates e outros valores a regularizar - judiciais no montante de R\$ 152.817 e (R\$ 72.757 em 31.12.2022) pertinente a demanda de 03 (três) processos, 04 (quatro) processos em 31.12.2022, conforme informações do assessor jurídico externo, classificadas com probabilidade de "perda possível", (Nota 19a). Em 31 de dezembro de 2023, há depósitos judiciais no montante de R\$ 7.382 (R\$ 39.437 em 31.12.2022) registrados no ativo circulante.

21 - Percentuais de custo de aquisição e sinistralidade dos principais planos

a) Custo de aquisição

Descrição	31.12.2023		31.12.2022	
	Valor	%	Valor	%
Custo de aquisição	517.105	100,00%	529.359	100,00%
Despesas de corretagem	23.094	4,47%	33.327	6,30%
Despesas de custeamento de vendas	494.011	95,53%	496.032	93,70%
<i>Despesas de cobrança</i>	217.731	42,11%	227.076	42,90%
<i>Despesas com serviços técnicos</i>	274.900	53,16%	267.500	50,53%
<i>Despesas diversas</i>	1.380	0,27%	1.456	0,28%

b) Sinistralidade

Descrição	31.12.2023		31.12.2022	
	Benefícios pagos	%	Benefícios pagos	%
Sinistralidade	1.362	100,00%	1.649	100,00%
Planos de pecúlio	742	54,48%	948	57,49%
Planos de renda	620	42,52%	701	42,51%

22 - Realização da reserva de reavaliação

Reconheceu-se nos superávits ou déficits acumulados a importância de R\$ 255.994 (R\$ 469.111 em 31.12.2022), decorrentes da realização da reserva de reavaliação em consequência do reconhecimento dos encargos de depreciação incidentes sobre as reavaliações.

23 - Reserva de retenção de superávit

Conforme previsto na Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores, a Entidade em 31.12.2023 destinou, a título de incremento da Reserva de retenção de superávit, parcela do Resultado do exercício no montante de R\$ 15.682 (R\$ 60.873 em 31.12.2022).

24 - Patrimônio líquido ajustado - PLA

O patrimônio líquido ajustado, calculado segundo a Resolução CNSP nº 432/2021, apresenta a seguinte posição:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Patrimônio líquido	56.451.887	49.783.303
Despesas antecipadas	(6.423)	(12.024)
Imóveis de renda rurais	(5.544.359)	(5.851.940)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	588.928	827.332
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(1.265.371)	(1.428.212)
Patrimônio líquido ajustado	50.224.662	43.318.459
PLA nível 1	48.394.536	41.303.153
PLA nível 2	588.928	827.332
PLA nível 3	2.506.568	2.624.951

25 - Capital mínimo requerido e indicador de solvência

Apresentamos a seguir as informações atuariais relativas aos capitais de risco de crédito, operacional e de subscrição, que demonstram a suficiência do patrimônio líquido ajustado.

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Capital de risco de subscrição	1.106.880	1.066.712
Capital de risco de crédito	2.763.455	2.340.750
Capital de risco de mercado	6.577.283	6.483.894
Capital de risco operacional	33.931	33.052
Redução da correlação de risco	(2.206.897)	(2.004.558)
Capital de risco (CR)	8.274.652	7.919.850
Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Capital mínimo requerido (CMR)	8.274.652	7.919.850
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	50.224.662	43.318.459
Suficiência/Insuficiência (PLA-CMR)	41.950.010	35.398.609
Razão % (1-PLA/CMR)	507%	447%

26 - Detalhamento de contas da demonstração do resultado consideradas relevantes

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Custos de aquisição	(517.105)	(529.359)
Despesas de corretagem	(23.094)	(33.327)
Despesas de custeamento de vendas	(494.011)	(496.032)
<i>Despesas com serviços técnicos</i>	(217.731)	(267.500)
<i>Despesas de cobrança</i>	(274.900)	(225.397)
<i>Despesas diversas</i>	(1.380)	(3.135)
Outras receitas e despesas operacionais	111.693	28.871
Outras receitas operacionais	162.669	-
Redução ao valor recuperável - Planos previdência	(50.976)	28.871
Despesas administrativas	(7.629.814)	(6.843.329)
Despesas com administração	(1.115.621)	(1.213.151)
Despesas com pessoal próprio	(2.861.899)	(2.962.996)
Despesas com serviços de terceiros	(607.283)	(526.621)
Despesas com encargos sociais	(736.406)	(812.335)
Despesas com localização e funcionamento	(771.408)	(681.677)
Despesas com depreciação	(69.703)	(71.993)
Despesas com publicações, publicidade e propaganda	(105.537)	(323.099)
Donativos e contribuições	(1.342.965)	(238.232)
Outras despesas administrativas	(18.992)	(13.225)
Despesas com tributos	(434.129)	(404.495)
Despesas com tributos	(434.129)	(404.495)
Resultado financeiro	5.169.028	3.857.787
Receitas financeiras:	5.595.997	4.714.103
Receitas com títulos de renda fixa – privados	618.817	576.347
Receitas com títulos de renda fixa – públicos	1.482.916	1.257.492
Receitas com empréstimos a participantes	425.546	417.928
Receitas com fundos de investimentos	3.028.582	2.462.336
Receitas financeiras eventuais	40.136	-
Despesas financeiras:	(426.969)	(856.316)
Despesas com títulos de renda fixa	(161.230)	(171.878)
Remuneração das provisões técnicas	(142.285)	(510.623)
Redução ao valor recuperável - títulos públicos	(30.984)	-
Receitas com provisão de riscos sobre empréstimos	(10.289)	(4.539)
Outras despesas financeiras	(82.180)	(169.276)
Resultado patrimonial	221.695	615.237
Receitas com dividendos de ações	591.159	952.159
Receitas com imóveis para renda	171.463	183.384
Depreciação de imóveis para renda	(465.382)	(460.822)
Outras	(75.544)	(59.484)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	1.000	-
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	1.000	-

27 - Seguros (não auditado)

A Entidade possui cobertura de seguros contra incêndio dos bens do ativo imobilizado e dos imóveis de renda segundo orientação que considera a natureza e o grau de risco de sinistros, em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

28 - Eventos subsequentes

A partir de 31 de dezembro de 2023 até a data de emissão deste relatório não ocorreram quaisquer eventos que pudessem afetar e/ou alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira evidenciadas nas demonstrações contábeis ora divulgadas.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023

Jorge Santana Queiroz
Diretor Presidente

Edson Mandarinino Santos
Diretor Vice-Presidente

Mercio Francisco Feijo Caldas
Diretor Administrativo-Financeiro

Jorge Vallin Guimarães
Diretor de Controles Internos

Heitor Coelho Borges Rigueira
Atuário Reg MTB 380 - Miba

Amanda de Oliveira Gonçalves
Contadora CRC/RJ n° 128.981/O



PARECER DA AUDITORIA ATUARIAL INDEPENDENTE

Aos Administradores da Recíproca Assistência

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da **Recíproca Assistência** (a seguir denominada “Entidade”), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do Atuário Independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Entidade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.



Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da **Recíproca Assistência** em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Entidade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre/RS, 24 de fevereiro de 2024.

**ALEXANDRE TURK DE
ALMEIDA:9026473800
4**

Assinado de forma digital por
ALEXANDRE TURK DE
ALMEIDA:90264738004
Dados: 2024.02.24 19:12:46 -04'00'

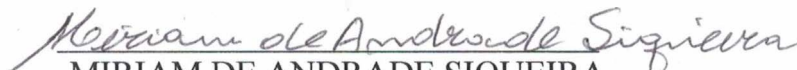
Alexandre Turk de Almeida – Atuário MIBA nº 1034
ALM Consultoria e Auditoria Atuarial S/S Ltda
CNPJ nº 08.614.081/0001-21 – CIBA nº 102
Av. Carlos Gomes, 700/606, Porto Alegre

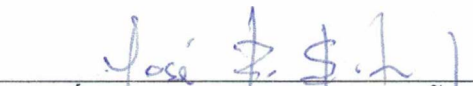
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da RECÍPROCA Assistência, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e as correspondentes demonstrações do resultado e do resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo nessa data, é de parecer que as peças examinadas traduzem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, estando assim em condições de serem submetidas à aprovação desse egrégio Conselho Deliberativo.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024.


CELSON DE ASSIS SANTOS


MIRIAM DE ANDRADE SIQUEIRA


JOSÉ RODRIGUES SALOMÃO
Suplente Convocado